



ACÓRDÃO Nº883/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11582/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Japurá.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Antônio da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2254/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Japurá. Exercício de 2019.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Japurá, referente ao exercício de 2019, tendo como responsável o **Sr. Antônio da Silva**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas constantes da fundamentação deste Voto;
- 10.2. **Considerar em alcance** o **Sr. Antônio da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2019, no valor de **R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**, nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/2002, no que diz respeito a gastos não realizados em favor da Administração Pública, diante da ausência de comprovação do pagamento de diária concedido à vereadora Elizângela Alves de Lima, no período de 08/03 a 17/03/2021, deixando, portanto, de demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, conforme **item 5**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o



ACÓRDÃO Nº883/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

órgão Câmara Municipal de Japurá, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM;

10.3. Aplicar multa ao Sr. Antônio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Japurá e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2019, no valor de **R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9**, da fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Japurá que:

10.4.1. Adote medidas para maximizar o caráter competitivo das licitações, dentre elas, ampliar os meios de os licitantes acessarem os editais dos processos licitatórios; (item 7, da fundamentação do Voto).

10.4.2. Busque tomar as medidas necessárias para apurar o crédito



ACÓRDÃO Nº883/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

em favor da Câmara Municipal de Japurá, no valor de R\$ 74.237,24 escriturados como “Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo”; (item 8, da fundamentação do Voto).

10.4.3. adote as medidas necessárias para a cobrança dos créditos em favor da fazenda municipal referentes aos valores registrados na contabilidade como “devedores diversos”; (item 9, da fundamentação do Voto).

10.4.4. adote as medidas recomendadas pelo controle interno conforme relatório juntado à prestação de contas (fls. 69/85), sob pena de aplicação de multa em caso de não atendimento. (item 10, da fundamentação do Voto).

10.5. Determinar o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

10.6. Dar ciência ao **Sr. Antônio da Silva**, por meio de sua representante legal, acerca do teor da presente decisão;

10.7. Arquivar o presente processo, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral